



Liz Yumi Barreto Tamezava

Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e integrante do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Observatório de Conflitos (OC). Bolsista PROPG 2024-205. Pesquisadora na Área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com foco em Conflitos Internacionais e Organizações Internacionais.

ESTADO-NAÇÃO E HOMOGENEIZAÇÃO DE POVOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO ANGOLANO

NATION-STATE AND THE HOMOGENIZATION OF PEOPLES: A CRITICAL ANALYSIS OF THE FORMATION OF THE ANGOLAN ARMY

RESUMO: Após centenas de anos de colonização portuguesa, Angola se tornou independente em 1975. Entretanto, o Acordo de Alvor (1975) integrou as forças armadas dos três movimentos rivais de libertação do país — a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) — no que veio a se tornar o Exército Nacional Angolano. Diante deste contexto, o objetivo da pesquisa é analisar criticamente o conceito de Estado-nação e sua aplicação na formação do exército angolano, evidenciando a incongruência dessa correlação: sua natureza utópica com base em preceitos de homogeneização de povos originários de um mesmo território. Utilizando-se de uma metodologia qualitativa, com uma abordagem hipotético-dedutiva, parte-se da hipótese de que a tal correlação instigou ainda mais conflitos e inimizades entre esses grupos. Para fundamentar a análise, recorre-se a autores clássicos para as relações internacionais, que abordam e discutem diferentes conceitos de guerra e estratégia, Nicolau Maquiavel (2019) e Carl Von Clausewitz (s.d.), além de autores contemporâneos que contribuem para a reflexão, como Ernest Gellner (1983), Carlos Marighella (2003), John Paul Lederach (1997) e José Murilo de Carvalho (1990).

Palavras-chave: Estado-nação; exército nacional; Angola.

ABSTRACT: After hundreds of years of Portuguese colonization, Angola became independent in 1975. However, the Alvor Agreement (1975) integrated the armed forces of the country's three rival liberation movements — the National Liberation Front of Angola (FNLA), the Popular Liberation Movement of Angola (MPLA), and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) — into what became the Angolan National Army. Given this context, the objective of this research is to critically analyze the concept of nation-state and its application in the formation of the Angolan army, highlighting the incongruity of this correlation: its utopian nature based on precepts of homogenization of peoples originating from the same territory. Using a qualitative methodology, with a hypothetical-deductive approach, the hypothesis is that this correlation instigated even more conflicts and enmities between these groups. To support the analysis, we use classic authors on international relations, who address and discuss different concepts of war and strategy, Nicolau Maquiavel (2019) and Carl Von Clausewitz (s.d.), as well as contemporary authors who contribute to the reflection, such as Ernest Gellner (1983), Carlos Marighella (2003), John Paul Lederach (1997) and José Murilo de Carvalho (1990).

Keywords: Nation-state; national army; Angola.

1 Introdução

O conceito de ‘Estado-nação’ consolidou-se como um termo de maior relevância e poder de mobilização das massas por propagar princípios de soberania e união (Bresser-Pereira, 2017). A formação de exércitos nacionais, por sua vez, parte do pressuposto da necessidade de defesa dos elementos centrais no conceito de Estado-nação: o território e a nação. A conexão entre esse conceito e uma das instituições fundamentais do Estado contemporâneo ocidental pode parecer sutil, entretanto, ao se analisar o caso de Angola observa-se que essa correlação apresenta incongruências que impactaram de forma significativa a segurança do país.

Entre os anos 1482 e 1975, o território que hoje é reconhecido oficialmente como a República de Angola foi colônia de Portugal. A proclamação da independência ocorreu em 11 de novembro de 1975, viabilizada através do Acordo de Alvor firmado naquele ano. Nesse acordo o Estado português e os Movimentos de Libertação Nacional de Angola— a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNL), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)— reuniram-se para discutir as bases do novo Estado africano independente (Horing, 2015). Entre as diretrizes estabelecidas, e diante das diferenças ideológicas e étnicas entre os movimentos, o governo português previu a necessidade de um governo de transição, comprometendo-se a transferir progressivamente os poderes que detinha em Angola para os órgãos responsáveis, conferindo-lhes soberania plena ao fim desse processo.

O foco desta análise recai sobre o capítulo IV do acordo, intitulado ‘Da Comissão Nacional de Defesa’, mais especificamente o artigo 32, que determinou a integração das forças armadas dos três movimentos de libertação naquilo que viria a se tornar o Exército Nacional Angolano (Acordo de Alvor, 1975). Diante disso, o presente estudo busca argumentar que a utilização do conceito de Estado-nação como base para a imposição de um exército nacional em um país com múltiplas dinâmicas locais pode acirrar ainda mais os conflitos e inimizades entre esses grupos. Como será evidenciado no estudo de caso, o intervencionismo, mesmo que apresentado como bem-intencionado, pode comprometer a estabilidade de um Estado.

No que tange a bibliografia escolhida, os autores selecionados não discutem a relação entre o conceito de Estado-nação e o exército nacional; no entanto, cada um oferece contribuições que permitem a articulação de conceitos e ideias. Na primeira parte do trabalho,

será abordado o conceito de Estado-nação, com destaque para suas distinções em relação ao conceito de Estado, sendo Maquiavel (2019) uma referência central para a compreensão deste último. Na segunda parte, a análise se volta ao ideal de exércitos nacionais em Estados democráticos liberais. Para isso, serão utilizados não apenas os preceitos de Maquiavel (2019) sobre a arte da guerra e formação de exércitos, mas também as contribuições de Marighella (2003) sobre a diferenciação de formas de lutas entre exércitos formais e guerrilhas urbanas.

Por fim, a terceira parte contextualiza o caso de Angola à luz dos conceitos previamente analisados. Será incorporado, ainda, o conceito de trindade paradoxal da guerra¹, elaborado por Clausewitz (s.d.), a fim de observar como os seus três elementos se manifestam no processo pós-colonial angolano. Adicionalmente, utilizamos as formulações de Bresser-Pereira (2017) sobre o Estado-nação, de Ernest Gellner (1983) sobre nacionalismo, de Lederach (1997) sobre as sociedades divididas, e de Carvalho (1990) sobre o imaginário popular, além das reflexões de Héctor Saint-Pierre (2000) sobre o armamento da população — aspecto central nas consequências de guerra civil em Angola (1975- 2002).

2 Estado-nação: Mais do que um conceito, um manual do Estado Moderno

Antes de explorar o conceito de Estado-nação e desenvolver seus elementos, é necessário diferenciá-lo do conceito de Estado, distinção que, por vezes, pode não estar suficientemente clara. O Estado pode ser identificado como uma das instituições mais antigas da humanidade, fruto de uma evolução histórica que, segundo Castro (2012, p. 100): “[...] teve como marco a secularização das relações políticas internacionais a partir de Westphalia² (1648) [...].” Uma das primeiras menções do termo ‘Estado’ identificada pode ser encontrada na obra de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, onde ele afirma que “todos os Estados, todos os domínios que exerceram e exercem poder sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados” (Maquiavel, 2019, p. 19).

¹ Existem diferentes interpretações sobre o conceito de ‘trindade paradoxal’ de Clausewitz. Uma delas é a de que a trindade paradoxal é “composta da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; e dos seus elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão” (Clausewitz, [s.d.], p. 93). Entretanto, nesta análise optou-se pela interpretação adquirida diante da tradução de Michael Howard e Peter Paret do livro de Clausewitz, que identifica a trindade paradoxal composta por exército, governo e povo. A escolha se justifica diante destes elementos dialogarem diretamente com o conceito de Estado-nação e com a abordagem de exército relacionada com o estudo de caso escolhido.

² “A ela é tradicionalmente atribuída a importância e a dignidade de ser a primeira das várias tentativas de estabelecer algo semelhante à unidade mundial com base em Estados que exercem soberania irrestrita sobre certos territórios e não estão subordinados a nenhuma autoridade terrena” (Gros, 1948, p. 20, tradução nossa).

Os sociólogos contratualistas também desempenham papel relevante na conceitualização de Estado. Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau abordam o contrato social como um momento fundamental de transição, no qual o ser humano abre mão do estado de natureza em prol da convivência social. Para esses autores, o soberano — o próprio Estado — garante direitos civis como, a vida, liberdade e propriedade aos cidadãos, enquanto detém o uso legítimo da força (Hobbes, 2008; Rousseau, 2012). Desse modo, o uso da força física passa a ser uma propriedade exclusiva do Estado, ou seja, cidadãos civis não podem, por lei, usar da violência.

Outro autor importante para a formulação do conceito de Estado é o sociólogo Max Weber (2011, p. 56), que esclarece que “devemos conceber o Estado [...] como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território - a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado - reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física”, acrescentando que a violência não é o único instrumento do Estado, mas é seu instrumento específico.

Max Weber reforça a ideia de que a civilização ocidental foi capaz de desenvolver o Estado como uma entidade política dotada de racionalidade, cultuando os valores políticos que amparam a unidade estatal nacional e privilegiam o povo (ou nação) (Florenzano, 2007). A origem do Estado moderno em si é debatida e não possui consenso entre os historiadores, entretanto,

a questão da origem e do desenvolvimento do Estado moderno na Europa Ocidental, foi tratada pela historiografia do século XIX, e da primeira metade do século XX, de tal maneira que acabou por se confundir, por um lado, com a questão da formação do sentimento nacional e da nacionalidade, e, por outro lado, simultaneamente, com a questão do próprio advento da modernidade, aparecendo o Estado como portador e realizador de ambas. Por sua vez, como esse Estado nacional, em praticamente todos os lugares onde se configurou plenamente o fez sob forma monárquica e absolutista, monarquia e absolutismo remetem, na ponta ascendente de sua trajetória histórica, à sua relação com o feudalismo e o fim da Idade Média, e, na ponta descendente, à sua relação com o capitalismo e o início da Idade Contemporânea (ou fim da Primeira Idade Moderna) (Florenzano, 2007, p.15-16).

O autor contemporâneo Thales Castro (2012), afirma que o Estado moderno é o principal componente do amplo fenômeno personificado da interação internacional. Ele ainda esclarece que, apesar da confusão que se tem entre Estado e poder, “o Estado é meio e fim; o Estado é agente e paciente dos objetos complexos da vida externa e interna” (Castro, 2012, p. 99). A partir da difusão dessas conceitualizações clássicas, consolidou-se a relevância do Estado e de suas atribuições, ainda que esse reconhecimento permaneça em constante debate, sobretudo quando se traz aspectos ideológicos, influenciando a avaliação da instituição.

Com base no ideal westfaliano de Estado moderno e do fortalecimento do capitalismo, passaram a se intensificar os discursos nacionalistas que conectam a consolidação do Estado ao desenvolvimento econômico, e isso nos leva ao conceito de Estado-nação. Para Luiz Carlos Bresser-Pereira (2017), o Estado-nação se iguala ao termo ‘país’, sendo um tipo de sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território. Para o autor, trata-se de uma forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista em substituição aos feudos e principalmente aos impérios antigos.

Um ponto crucial dessa conceitualização a ser analisado é a nação, que foi estabelecida como algo homogêneo. De forma mais clara, o autor afirma que

Cada povo que partilha uma etnia e uma história comum busca se constituir em nação, controlar um território e construir seu próprio Estado, dessa forma se constituindo em estado-nação. Neste quadro, o estado-nação é a sociedade política soberana, e o Estado é a instituição maior de uma sociedade em sentido amplo (Bresser-Pereira, 2017).

Portanto, entende-se “nação” como uma “sociedade politicamente organizada que compartilha uma história e um destino comum, e conta (ou tem perspectivas de contar) com um território e um Estado para, assim, formar um estado-nação que lhe sirva de instrumento” (Bresser-Pereira, 2017). Entretanto, é importante destacar que nem toda nação possui um Estado³, assim como nem todo Estado abriga uma única nação. Nesse último caso, uma sociedade poderá ser analisada de diferentes perspectivas, podendo ser considerada como uma nação multiétnica⁴ ou uma sociedade heterogênea plurinacional⁵.

Ainda de acordo Bresser-Pereira (2017), ‘nação’ está historicamente associada ao conceito de soberania popular, visto que a formação do Estado-nação sempre se baseou em uma aliança entre as classes dominantes e o povo. O autor acrescenta que o nacionalismo desempenha papel de uma “[...] ideologia da formação e preservação do estado-nação, é a ideologia que torna a nação forte ou coesa” (Bresser-Pereira, 2017, p. 172).

Ernest Gellner (1983) agrega ao debate ao argumentar que a nação é um produto do nacionalismo, e não o contrário. Segundo o autor, “o nacionalismo é, principalmente, um princípio político, que sustenta que a unidade política e nacional devem ser congruentes”

³ “Nem todas as sociedades são dotadas pelo Estado” - ver em ‘Nations and Nationalism’ de Ernest Gellner (1983, p. 4, tradução nossa).

⁴ Uma nação multiétnica pode ser compreendida como uma comunidade politicamente organizada composta por diversos grupos étnicos, com altos índices de diversidade cultural, linguística e religiosa.

⁵ Uma sociedade heterogênea plurinacional pode ser compreendida como aquela que não apenas possui diversidade cultural e étnica, mas também reconhece oficialmente múltiplas nacionalidades dentro de seu território, viabilizando que diferentes nações coexistem dentro de um mesmo Estado.

(Gellner, 1983, p.1, tradução nossa⁶). Desse modo, o nacionalismo contribui para que haja anseio por parte do Estado-nação em desenvolver o sentimento de unificação, expandindo a ideia de que todos os cidadãos pertencem ao mesmo povo.

José Murilo de Carvalho (1990, p.10-14) pode ser inserido neste debate, pois ao discorrer sobre a batalha pelo imaginário popular republicano, o autor afirma que a criação do imaginário é um elemento central para a legitimação de qualquer regime, visto que atinge não apenas a mente da população, mas também as aspirações, medos e esperanças. Carvalho também observa que todo regime político busca consolidar figuras que sirvam de exemplo à sociedade.

Há, portanto, uma combinação de fatores psicológicos e sociais que fundamentam escolhas políticas — como a estruturação do Estado-nação — que se tornou uma forma de organização capaz de unir a soberania territorial à força simbólica da nação. Isso conferiu à população um maior poder de mobilização em torno de causas institucionais, entre as quais se destaca a força militar. Diante da necessidade de assegurar a soberania estatal, as forças armadas assumem papel de destaque na base do Estado-nação, especialmente o exército, que será desenvolvido na seção seguinte.

3 Exército nacional: A união faz a força?

Se tentarmos datar o surgimento do exército, seria necessário retroceder a séculos antes de Cristo, em Esparta, uma das cidades-estados da Grécia Antiga, e também para a Roma Antiga. Isso se explica pelo fato de a guerra preceder o Estado, especialmente o Estado moderno. As guerras da Antiguidade, como as de conquista, exigiam guerreiros, pessoas lutando incessantemente por sua causa. A evolução dessa lógica ao longo do tempo resultou no desenvolvimento do ideal de exército nacional que serve hoje, com base para muitas nações.

No contexto do Estado moderno, Nicolau Maquiavel foi um dos principais ideólogos. Em sua obra *O Príncipe*, o autor dissertou sobre os princípios que um príncipe (ou governante) deveria seguir para obter sucesso, destacando a importância da dedicação à arte

⁶ No original: “Nationalism is primarily a political principle, which holds that the political and the national unit should be congruent” (Gellner, 1983, p.1).

da guerra e a *virtú*⁷. Ao discutir sobre soldados mercenários⁸ e os tipos de tropas⁹, Maquiavel (2019) enfatizou a necessidade de um príncipe possuir exércitos próprios como forma de garantir estabilidade e segurança para o principado. Para ele, “a um príncipe é necessário ter sólidos alicerces, porque, se não, fatalmente ruirá. Os principais alicerces de qualquer Estado, seja ele novo, velho ou misto, consistem nas boas leis e nos **bons exércitos**” (Maquiavel, 2019, p.76, grifo nosso).

Nesse cenário, segundo Da Silva e Martins, isso ocorre também porque “o exército é o exemplo mais primitivo de burocracia criada pelo Estado, gerando os primeiros sentidos básicos de ordem, hierarquia e racionalidade” (2014, p. 141, tradução nossa¹⁰). Ao oferecer uma visão abrangente sobre estratégias militares, Maquiavel (2019) debateu sobre a importância da disciplina e da coesão dentro do exército, uma vez que a falta de um exército capacitado pode representar fragilidade e vulnerabilidade de um Estado para os demais.

O papel e representação do exército nacional derivam, portanto, da ampliação da importância do papel do Estado e sua capacidade de ser o único detentor legítimo da força física. Assim, o exército consolidou-se como uma das principais esferas públicas do Estado-nação, cuja função é, em tese, proteger seu território e sua nação.

A consolidação do exército nacional acoplado com panoramas atuais, como a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) e do capitalismo desde o fim da Guerra Fria em 1991, impulsiona o fortalecimento de teorias difundidas no campo das Relações Internacionais. As considerações de Michael Doyle (1983), no âmbito da Teoria da Paz Democrática — segundo as quais democracias não entram em guerra entre si e a interdependência econômica inibe os conflitos armados — estão associadas à consolidação do conceito de Estado-nação. Essa lógica vincula o desenvolvimento do Estado à união da nação e a proteção por meio das forças armadas, sobretudo o exército.

Partindo dessa visão geral, pressupõe-se que o inimigo é externo, isto é, outros Estados-nação. Entretanto, quando não há inimigos externos, surge a identificação de que os inimigos podem ser internos, ou seja, oriundos da própria população. Compreende-se que o exército foi criado para proteger uma elite, e não toda uma nação unificada. Desse modo, a

⁷ Combinação de habilidades políticas, coragem e habilidade militar.

⁸ Maquiavel (2019, p.77) faz críticas às tropas mercenárias, por serem inúteis e perigosas, e reitera que “se alguém toma por sustentáculo as tropas mercenárias, nunca terá tranquilidade nem segurança, porque elas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infieis, corajosas diante dos amigos, covardes diante dos inimigos, e sem temor de Deus”.

⁹ São elas: as tropas auxiliares, mistas e próprias (Maquiavel, 2019).

¹⁰ No original: “The army is the most primitive example of bureaucracy created by the state, generating the first basic senses of order, hierarchy and rationality” (Da Silva; Martins, 2014, p. 141).

ideia de nação homogênea revela-se utópica, pois mesmo para aqueles que se autodeclararam como tal ignoram profundas desigualdades sociais, como as de classe.

Carlos Marighella (2003) contribui para a discussão ao definir e abordar perspectivas sobre o guerrilheiro urbano, diferenciando a forma da luta e do poder entre os soldados militares — que dispõem de armamento moderno e liberdade para utilização da força — e os guerrilheiros, que vivem na clandestinidade com poucos recursos. O autor destaca, ainda, algumas das principais características da guerrilha urbana, como: mobilidade com pequenos grupos operando em constante movimento; os ataques surpresa, que visam atingir o inimigo com rapidez; a descentralização organizacional, sem hierarquia rígidas, ao contrário do modelo adotado pelos exércitos formais (Marighella, 2003).

Diante dessas diferenças, caso determinados grupos ou minorias sejam abandonados ou até mesmo atacados pelo Estado e pelo exército, é natural que se instale um sentimento de desconfiança quanto à capacidade de proteção estatal, bem como a perda de identificação com o projeto Estado-nação. Esse cenário de desarmonia favorece o armamento da população, e o surgimento ou crescimento de guerrilha — que, por sua vez, gera ciclos de violência. Esse quadro se agrava ainda mais quando analisamos a imposição do ideal de exército nacional em Estados colonizados, como ocorreu no estudo de caso em análise: Angola. Na próxima seção, será apresentada a formação do exército nacional angolano e suas repercussões para o país nos anos seguintes à independência.

4 O caso de Angola

Diante da longa história de colonização e exploração em Angola, esta seção será dividida em duas partes. Na primeira, será realizada uma contextualização do estudo de caso, com o objetivo de compreender aspectos centrais da história de colonização, independência e guerra civil no país. Na segunda parte, o caso será analisado à luz de conceitos específicos desenvolvidos pelos autores Clausewitz (s.d.), Marighella (2003), Gellner (1983) e Lederach (1997).

4.1 Uma breve contextualização da história de Angola

A colonização de Angola por Portugal teve início em 1482, no contexto das grandes navegações europeias pelo oceano Atlântico. De acordo com Jéssica Horng (2015), os portugueses chegaram à região pelo Rio Congo e obtiveram o primeiro contato com os povos

do Reino Kongo, que habitavam a área. Inicialmente, o foco da colonização era a expansão comercial, com a exploração de recursos naturais — como diamantes e petróleo — e no comércio de escravos.

Durante aproximadamente quatrocentos anos a presença portuguesa no território limitou-se à região de Luanda (capital de Angola) e Benguela. No entanto, a Conferência de Berlim, realizada em 1884, estimulou a ocupação efetiva do interior do país. Já no século XX, o sistema internacional passava por mudanças que influenciaram o colapso do colonialismo, como as duas guerras mundiais, as crises econômicas, e o declínio político de Portugal, marcado pela ditadura salazarista¹¹.

Apesar das tentativas coloniais de manipulação sistemática e das violências às realidades étnicas e culturais em Angola, os diferentes grupos originários do território se consolidaram em movimentos de libertação nacional. Três grupos se destacaram na luta pela independência angolana: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Bittencourt (2008) descreveu que a FNLA tem origem no norte de Angola, na região de fronteira com o Zaire (atual República Democrática do Congo). Com raízes tribais, “a FNLA foi constantemente submetida a críticas acerca de sua capacidade de representar o povo angolano” (Horing, 2015, p. 30), embora tenha sido um dos principais atores da luta anticolonial. Seu líder, Holden Roberto, exigia a libertação da terra e do povo angolano, adotando um discurso de caráter liberal, o que garantiu apoio dos Estados Unidos (Horing, 2015).

O MPLA tem origem na capital, Luanda, com composição étnica diversificada. Dentre os membros do MPLA incluíam-se negros, mestiços e brancos, principalmente moradores das regiões urbanas e trabalhadores assalariados, como, funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes e operariado urbano” (Horing, 2015, p. 32). Sua principal base de apoio era a etnia *mbundo* (os quimbundos) e seu líder, Agostinho Neto, fortaleceu o perfil marxista e pode consolidar o movimento e os contatos com Cuba e com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Horing, 2015).

Já a UNITA, tem origem nas áreas rurais do país, é baseada em uma concepção maoísta-leninista. Seu fundador e primeiro presidente, Jonas Sidónio Malheiro Savimbi estabeleceu relações com a China e outras lideranças internacionais. No entanto, teve

¹¹ A ditadura Salazarista, com designação oficial de Estado Novo, foi o regime político autoritário de António Salazar que vigorou em Portugal de 1933 a 1974.

desentendimentos com Holden Roberto, do FNLA. Segundo Horing (2015), o movimento não teve uma representação étnica específica, mas esse aspecto foi sendo desenvolvido ao longo da guerra civil.

Com o fortalecimento desses movimentos e o enfraquecimento de Portugal, ocorreu a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, que reconheceu o direito à independência de Angola, e convocou o MPLA, UNITA e FNLA junto ao Alto-Comissário português, para formar um governo de transição. Após as negociações, todas as mudanças foram oficializadas no Acordo de Alvor. Brunna Feijó (2011) destaca que os principais pontos foram: o agendamento da independência para 11 de novembro de 1975; a não discriminação étnica para futuros critérios de nacionalidade; a criação de uma Comissão de Defesa Nacional com o objetivo de unificar os contingentes militares dos três movimentos, formando um Exército Nacional.

Portugal, assim, impôs aos diferentes grupos étnicos que compunham a população angolana a obrigação de se unirem em prol da defesa do seu novo Estado independente. No entanto, não houve qualquer ponderação quanto às dinâmicas locais — principalmente as diferenças de poder, ideologia e cultura entre os movimentos. Essa postura colonizadora e paradoxalmente, liberal, ordenando a adoção de padrões ocidentais de organização política e social, acabou intensificando os conflitos entre o MPLA, FNLA e UNITA.

Os novos moldes de coação portuguesa e as ações de atores externos— como Estados Unidos e China — durante a Guerra Fria, contribuíram às disputas pelo poder, sendo algumas das causas centrais da Guerra Civil Angolana, que ocorreu entre 1975 até 2002. Embora o conflito não seja o foco principal deste trabalho, é relevante apontar os elementos que contribuíram para o ambiente de tensão no país e que levaram ao prolongamento do conflito, visto que cada guerra tem suas especificidades e que “[...]aquele que quiser analisar ou conduzir guerras deverá conhecer profundamente as tendências gerais que se aplicam e se constatam em todo conflito armado[...]" (Saint-Pierre, 1999, p. 163).

Como mencionado anteriormente, havia sido acordado um governo de transição que unia os três movimentos de libertação angolanos. No entanto, o que se observou após a proclamação da independência foi uma dupla proclamação da república; simultaneamente, o MPLA proclamou a República Popular de Angola, em Luanda, enquanto a FNLA se uniu a Unita e proclamaram a República Democrática de Angola, em Huambo, constituindo dois governos paralelos (Visentini, 2012).

Inicialmente, Portugal não reconheceu nenhum dos dois governos. Entretanto, outros países gradativamente passaram a reconhecer o governo do MPLA, até que Portugal também

reconheceu oficialmente a República Popular de Angola. A Guerra Civil Angolana durou 27 anos, e durante esse período diversos confrontos marcaram o cenário político-militar no país. Nos primeiros anos:

a FNLA, apoiada por mercenários brancos e tropas do Zaire avançaram do norte para atacar a capital Luanda, onde o MPLA era dominante. [...] A invasão foi derrotada pelo MPLA, com apoio dos cubanos. [...] Enquanto a FNLA era derrotada no norte, no sul a Unita e o exército sul-africano desencadearam uma ofensiva relâmpago contra o MPLA, que solicitou ajuda cubana. Ampliou-se, então, a ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e aproximadamente 20 mil soldados. No centro do país as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo. O movimento liderado por Agostinho Neto governaria sozinho o país, declarado uma República Popular de inspiração marxista-leninista. Contudo, enfrentava a guerrilha étnica da Unita no sul, liderada por Jonas Savimbi, com apoio de Pretória e Washington (Visentini, 2012, p.58-59).

Considerada um exemplo clássico de guerra por procuração¹², a guerra civil angolana passou por diversas fases, chegando às negociações de paz, que resultaram no Protocolo de Lusaka (1994). Contudo, os eventos que possibilitaram o fim do conflito foram: a ascensão de Nelson Mandela, em 1994; a queda de Mobutu, em 1997; a morte de Savimbi, em fevereiro de 2002 (Visentini, 2012).

A guerra acarretou profundos impactos ao país, muitos dos quais são sentidos até nos dias atuais. O conflito, travado principalmente entre o MPLA (governo) e a UNITA (oposição armada), impôs sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico e à infraestrutura nacional. Diante desse cenário, alguns conceitos das Relações Internacionais podem ser aplicados ao caso angolano, especialmente nos setores militar e social.

4.2 Conceitos clássicos e contemporâneos aplicados ao caso de Angola

Pode-se observar que, historicamente e geograficamente, havia diferentes grupos com sua própria etnias, línguas, culturas e hábitos em Angola, e a longa colonização portuguesa atacou diretamente esses povos. Sem qualquer tipo de sensibilidade, acreditou-se que lograriam êxito ao construir um Estado independente apenas a partir de diretrizes institucionais e chamando os diferentes grupos para formar uma nação unificada em torno de um exército nacional. Contudo, a integração de movimentos que disputavam entre si o poder do país em um único exército acabou por fomentar conflitos internos.

¹² “A guerra por procuração (*proxy war*, em inglês) é um conflito militar em que uma ou mais terceiras partes apoiam direta ou indiretamente um ou mais combatentes estatais ou não estatais, num esforço para influenciar o resultado do conflito e, assim, promover os seus próprios interesses estratégicos ou minar os dos seus adversários” (Baugh, 2025, [s.p.], tradução nossa).

A partir do ‘Manual do Guerrilheiro Urbano’ de Marighella (2003) — que apresenta características fundamentais das guerrilhas — é possível compreender que Angola, desde o período colonial, já era composta por grupos guerrilheiros. A luta angolana pela independência exemplifica princípios descritos por Marighella, sobretudo porque a colonização funciona como um fator impulsionador do surgimento e crescimento de guerrilhas. Embora, inicialmente, o MPLA, FNL e UNITA compartilhassem o objetivo comum de conquistar a independência, as divergências ideológicas, étnicas e culturais proporcionam perspectivas distintas para o futuro do país enquanto Estado soberano.

Essas diferenças são alguns dos motivos que levaram a guerra civil, assim como para a manutenção dessas guerrilhas ao longo dos anos. Para analisarmos o sentimento nacionalista nesse contexto é necessário retomar a composição étnica do país. A estrutura social, especialmente após a independência e durante a guerra civil, era profundamente fragmentada. Como destaca Visentini (2012, p. 65):

a sociedade estava dividida entre brancos privilegiados, brancos pobres (imigrantes camponeses), mestiços, assimilados – minoria de africanos mais proeminentes, que eram educados e trabalhavam dentro do sistema administrativo de Angola –, e indígenas – isto é, a maioria dos africanos. [...] Além disso, entre a população africana havia ainda divisões étnicas, que foram fomentadas, principalmente, a partir das reformas administrativas coloniais de Norton de Matos, que destruíram os sistemas tradicionais de autoridade, estabelecendo povoados controlados, aos quais nos referimos anteriormente. As três principais etnias que entravam em disputa eram os Ovimbundu (no Sul), os Mbundu (ao redor de Luanda) e os Bakongo (no Norte), que juntos representavam cerca de dois terços da população angolana.

Dessa forma, podemos analisar a Angola pré-independência como uma sociedade heterogênea plurinacional, na qual ao menos três diferentes grupos buscavam autonomia etnocultural e autodeterminação. No entanto, a plurinacionalidade rompe com a lógica de homogeneidade promovida pelo modelo colonialista de Estado-nação. Nesse sentido, o Acordo de Alvor e a tentativa de Portugal em instituir Angola como um Estado-nação, fracassa de imediato, pois os povos originários e os movimentos de libertação passaram a disputar soberania de forma autônoma.

Com o prolongamento da guerra civil e a consolidação do poder pelo MPLA, Angola passou a configurar-se como uma nação multiétnica. Contudo, em Estados multiétnicos, o sentimento nacionalista — necessário para formar uma nação coesa, conforme argumenta Gellner (1983) — pode ser desafiado por identidades concorrentes que reivindicam autonomia ou reconhecimento.

Na análise da reconciliação sustentável em sociedades divididas, John Paul Lederach (1997) destaca a importância da identidade dentro de um conflito, frisando que em um

conflito armado as pessoas buscam segurança, identificando-se com algo próximo à sua experiência. Segundo o autor, a longevidade de um conflito afeta diretamente a forma como grupos e pessoas o enxergam, passando a ser visto como uma luta pela sobrevivência, tanto em termos de vida individual quanto de identidade de grupo, “ao mesmo tempo, de dentro do cenário, é difícil para as pessoas verem a guerra como um sistema opressivo para todos os envolvidos” (Lederach, 1997, p. 15, tradução nossa¹³).

A guerra civil em Angola pode ser analisada, também, a partir das ideias que Clausewitz traz em sua obra, ‘Da Guerra’ (s.d.). O autor prussiano estabelece que a guerra é constituída por uma trindade paradoxal, composta por governo, forças armadas e povo, na qual o governo é a esfera política, o povo é a esfera social, e as forças armadas são a esfera militar. Ele afirma que qualquer teoria que procure estabelecer uma relação artificial entre essas esferas, estará a tal ponto em conflito com a realidade, tornando-se inútil. Foi o que ocorreu através do Acordo de Alvor em Angola.

O acordo ignorou os conflitos latentes entre essas três esferas, tentando estabelecer uma relação forçada ao impor: uma forma de governo e instituições políticas; a ideia de Angola como um Estado-nação; e a fusão de grupos rivais em uma única instituição detentora do monopólio da força — o exército nacional. Como consequência as lutas por libertação e independência não marcaram o fim da violência, mas sua transformação. Como destaca Saint-Pierre (1999, p. 154), “na medida em que a causa que promove a guerra seja, para o povo, justa - e no caso das guerras de liberação, na qual o invasor toma suas terras, sua bandeira, sua soberania, a moralidade da causa é óbvia -, a guerra terá fôlego para continuar ardendo”.

5 Considerações finais

A colonização europeia em diversos territórios do mundo é, por vezes, a raiz de muitos problemas estruturais do sistema internacional. Trata-se de uma das causas mais significativas de pobreza e subdesenvolvimento em inúmeros países — uma realidade ainda mais evidente quando se analisa o continente africano. Angola foi colônia de Portugal por quase cinco séculos; tornou-se independente há apenas cinquenta anos, com seus povos originários tendo seus valores subjugados e suas identidades silenciadas.

¹³ No original: “At the same time, from within the setting, it is difficult for people to see war as a system that is oppressive to all involved” (Lederach, 1997, p. 15).

Os portugueses impuseram uma história marcada pela exploração — dos recursos naturais ao próprio povo angolano. Durante os anos de Guerra Fria, potências influentes do sistema internacional, como EUA e China, apoiaram diferentes movimentos de libertação com auxílio financeiro e estratégicas, fomentando disputas internas ao intensificar as divergências entre grupos. No entanto, mesmo antes dessas interferências, a luta pela independência já levava os três movimentos — FNLA, MPLA e UNITA — a uma disputa futura pelo vácuo de poder que se instaurou com o fim da colonização.

O que chama a atenção, neste trabalho, é a forma como Portugal tentou construir um Estado republicano e democrático, promovendo um governo de transição e um exército nacional ao unificar três grupos rivais. Concedeu-se a esses grupos o monopólio da violência, sem considerar que a própria estrutura da proposta implicava o uso da violência entre si. Como esperar que um soldado norte angolano, que por anos apoiou a FNLA, reprema seus próprios conterrâneos? Ou que ele proteja líderes do MPLA, movimento historicamente inimigo dos seus? A heterogeneidade social do país entra em contradição com o conceito de Estado-nação idealizado e projetado pelo Ocidente como modelo universal de organização sociopolítica.

Isso não significa que os cidadãos não se reconhecem como angolanos, mas sim que as diferenças étnicas e culturais, que foram sistematicamente ameaçadas de extinção por séculos, continuam a ser marcadores identitários relevantes. Os povos originários angolanos lutam contra a dominação e as violências impostas pela colonização portuguesa para conquistar espaço, mas a construção de uma identidade nacional angolana foi ainda mais dificultada pelo desencadeamento de uma guerra civil que durou 27 anos. A guerra civil angolana poderia ter ocorrido independentemente da atuação portuguesa em relação ao exército angolano? Sim. No entanto, a forma como Portugal quis moldar especialmente o setor militar de Angola independente, contribuiu diretamente para o agravamento das dinâmicas conflituosas entre os grupos locais.

Retomando a hipótese central da análise, conclui-se que ela foi corroborada. Com base na bibliografia mobilizada, é possível afirmar que: (1) o conceito de Estado-nação tem sido utilizado principalmente para fomentar o nacionalismo, pressupondo homogeneidade social, que raramente se verifica na prática, servindo como uma ferramenta de influência sociopolítica; (2) para além de diferenças étnicas e ideológicas, o embate entre o MPLA, FNLA e a UNITA caracterizava Angola como um Estado guerrilheiro — condição ignorada e minimizada pelo Acordo de Alvor; (3) a postura de Portugal, ao exigir que Angola adotasse seu modelo de organização política e institucional, nos moldes ocidentais, reafirma a lógica

opressora vivenciada pelos povos angolanos ao longo dos séculos; (4) a tentativa fracassada de forjar um imaginário popular de nação homogênea ampliou as inimizades entre os grupos. Em sociedades altamente divididas, sentimentos de ameaça e de necessidade de autopreservação tendem a se intensificar.

Por fim, permanecem alguns questionamentos: existe um modelo político superior? E, caso exista, seria universalmente aplicável? Independente das respostas possíveis, é imprescindível observar, com sensibilidade, o contexto de cada sociedade — sua história, suas lutas e seu povo, para que não sejam silenciados ou excluídos de sua própria trajetória de emancipação.

Referências

BAUGH, L. Sue. **Proxy war**. Britannica, 23 jan. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/proxy-war>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BITTENCOURT, Marcelo. **Modernidade e atraso na luta de libertação angolana**. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). Modernidades Alternativas. Rio de Janeiro: FGV, p. 277-294, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Estado-nação e formas de intermediação política**. Lua Nova, São Paulo, n. 100. p.155-185, jan 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3WBTjZLvpPzdLqdxxbCVNTQ/#>. Acesso em: 15 jul 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Editora Schwarz Ltda, 1990.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução de CMG (RRM) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

DA SILVA, Igor Castellano; MARTINS, José Miguel Quedi. **National Army and State-Building in Africa: The Brazilian Approach in the Case of the Democratic Republic Of The Congo**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v.3, n.5, p.137-179, jan-jun.2014 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/45176/30180>. Acesso em 17 jul. 2024.

DOYLE, Michael. **Kant, liberal legacies, and foreign affairs**. Philosophy and public affairs, v.12, n.3, p. 205-235, 1983.

FEIJÓ, Brunna Bozzi. **Independência ou Revolução?** Uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2011), Universidade Federal de Porto Alegre, 2011.

FLORENZANO, Modesto. **Sobre as Origens e o Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente**. Lua Nova, São Paulo, n.71, p. 11-39, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200002>.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1983.

GROSS, Leo. **The Peace of Westphalia, 1648-1948**. The American Journal of International Law, v. 42, n.1, p. 20-41, 1948. DOI: <https://doi.org/10.2307/2193560>.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**: ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 3. ed. São Paulo: Ícone, 2008.

HORING, Jéssica da Silva. **Os movimentos de libertação nacional em Angola** : trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do estado (1975-2002). Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em 2015). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140501/000988807.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

LEDERACH, John Paul. **Building Peace**: Sustainable Reconciliation in Divided Societies. United States Institute of Peace, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O princípio**. Tradução de Mário e Celestino da Silva. Brasília: Senado Federal, 2019. (Edições do Senado Federal; v. 248).

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. [s.l.]: [s.n.], 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A Política Armada**: Fundamentos da Guerra Revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

Recebido em 20 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 02 de abril de 2025.